

---

## O PAPEL DO PROFESSOR NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: CONTRAPONTO AO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

BARBOSA, Silvia Helena Pienta Borges<sup>1</sup>  
FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan<sup>1</sup>

---

Recebido em: 2017.10.23

Aprovado em: 2018.03.26

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.2878

---

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel do professor na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, desenvolvida na década de 1970 por educadores brasileiros, particularmente por Demerval Saviani, visando demonstrar a relevância do papel docente em contraposição ao movimento Escola sem Partido. Discute-se inicialmente a relação entre trabalho e educação no pensamento marxista. A seguir apresenta-se a contribuição da Pedagogia histórico-crítica para a superação do capitalismo. E, finalmente, reflete-se sobre o papel do professor na pedagogia histórico-crítica e a contraposição ao movimento Escola sem Partido. Conclui-se que o professor tem papel fundamental no ensino e aprendizagem de seus alunos, ensinando o conhecimento acumulado da humanidade e desenvolvendo atuação primordial quanto à conscientização dos estudantes em relação à sociedade, com foco em uma sociedade justa e igualitária, buscando contextualizá-los historicamente na realidade mais ampla, sendo, deste modo, incompatível e contraposta à visão do movimento Escola sem Partido.

**Palavras-chave:** Marxismo. Trabalho. Docência. Capitalismo. Doutrinação ideológica.

## THE TEACHER'S ROLE IN THE HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY: COUNTERPOINT TO THE SCHOOL WITHOUT PARTY MOVEMENT.

**SUMMARY:** This article aims to reflect on the teacher's role in the perspective of historical-critical pedagogy, developed in the 1970s by Brazilian educators, particularly by Demerval Saviani, in order to demonstrate the relevance of the teaching role in opposition to the movement Unpolitical School. The connection between work and education in Marxist perspective is discussed initially. Follow by the contribution of the historical-critical Pedagogy for overcoming of capitalism. And finally, the teacher's role in the historical-critical pedagogy and the opposition to the movement is discussed. In conclusion, the teacher plays a fundamental role in the teaching and learning of students, teaching the humanity accumulated knowledge and developing elemental action regarding the students' awareness in relation to society, focusing on a fair and egalitarian society, seeking to contextualize them historically in the reality, being therefore incompatible and opposed to the vision of the Unpolitical School movement.

**Keywords:** Marxism. Work. Teaching. Capitalism. Ideological indoctrination.

---

## INTRODUÇÃO

A expressão teórica do marxismo no campo educacional brasileiro é a pedagogia histórico-crítica, e para compreendê-la é preciso partir da concepção de homem e de educação marxistas e entender suas raízes. A partir de tal compreensão, é possível adentrar na discussão específica, objetivo deste artigo, que é a relevância do papel do professor na pedagogia histórico-crítica, em contraposição com as intenções políticas alienadoras do movimento Escola sem Partido.

Este movimento foi criado em 2004 e se coloca como uma iniciativa de pais e estudantes preocupados com o que entendem como sendo a parcialidade política e ideológica dos professores e das escolas do país (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017). A intenção do movimento é defender a “neutralidade” política, ideológica e religiosa do Estado. De acordo com Penna (2017) o movimento não foi levado a

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos

sério por pessoas que conhecem e participam do debate educacional, principalmente por parecer absurdo e sem fundamentos legais, entretanto, o movimento existe há algum tempo e foi tomando força durante esses últimos anos.

Em 2014, o Deputado Estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro fez contato com Miguel Nagib, o nome mais conhecido do Movimento e pediu que este desenvolvesse um projeto de lei que pudesse colocar em prática as propostas defendidas pela Escola sem Partido. Nagib atendeu e Flávio apresentou o primeiro projeto de Lei que utiliza as propostas da Escola sem Partido no Brasil na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (MATTOS et.al, 2017). Depois disso, outros projetos de lei surgiram em diferentes âmbitos, chegando aos mais conhecidos nacionalmente: os projetos de lei de nº 867 (BRASIL, 2015), na Câmara dos Deputados e o de nº 193 (BRASIL, 2016b) no Senado Federal. Esses projetos de lei intenciam a inclusão da proposta da Escola sem Partido nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com os PL, o Programa Escola sem Partido intenciona, além da neutralidade, pluralismo, liberdade de aprender, liberdade de crença, compreensão do estudante como parte mais fraca na relação de aprendizagem e direito dos pais a que os filhos recebam a educação moral de acordo com as convicções paternas. Para isso, de acordo com o projeto, seriam vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica e a veiculação de conteúdo ou atividades que possam conflitar com as crenças religiosas ou morais dos pais dos estudantes (BRASIL, 2015; 2016b).

Intenciona-se, então, a partir, da revisão bibliográfica sobre a pedagogia histórico-crítica, explicitar o papel do professor nesta teoria e evidenciar a contraposição entre o trabalho docente e o Programa Escola sem Partido, na intenção de agregar elementos fundamentais para o debate.

## **A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO MARXISTA**

O trabalho é em Marx (1996) o processo em que o homem, através de sua ação, modifica a natureza a fim de se apropriar dela para sua existência e sobrevivência. Através da ação sobre a natureza, a homem modifica sua própria natureza, assim, pode-se dizer que o trabalho é base e essência do homem e de sua existência. O homem produz a si próprio, os seres humanos se fazem através do trabalho em todos os âmbitos de sua vida, e não somente no domínio econômico, que é a esfera que mais se relaciona à palavra “trabalho”, por sua confusão com emprego (FRIGOTTO, 2005).

O trabalho em sua dimensão ontológica ou em sua essência, conceituado por Marx e retomado por Frigotto (2005), é diferente do trabalho observado na sociedade capitalista. O trabalho dentro do capitalismo tem a intenção de produzir valores de troca, buscando gerar mais lucro ou valor para capitalistas, enquanto o trabalho em sua essência deveria produzir valor de uso para os trabalhadores, respondendo as necessidades vitais das pessoas. Esse trabalho, com seu objetivo “desviado” no capitalismo é descrito por Marx como trabalho alienado.

A alienação do trabalho é o não reconhecimento pelo trabalhador de si mesmo em sua atividade, em sua produção, já que os produtos que o trabalhador produz não são significativos para ele, não o transformam. No trabalho alienado, o ser humano não encontra realização, mas sofrimento e insatisfação. Essa condição de trabalho alienado visto na sociedade capitalista, em que o homem trabalha para outro homem, produzindo objetos e ações que não lhes são próprias é a essência humana nessa sociedade, ou seja, é uma essência alienada e, por isso, produz um homem alienado, inclusive em suas relações sociais com outros homens (SAVIANI, 2005).

De acordo com Saviani (2005), o capitalismo, sob a aparência de liberdade, volta ao tempo escravista e o trabalho vira escravo do capital, pois o trabalho humano além de produzir mercadorias,

produz o próprio trabalhador como mercadoria, deste modo, as relações humanas viram relações de mercado, com preço. Dentro do capitalismo, mesmo os direitos são vistos pela ótica mercadológica, assim, a educação, tema de interesse nesse artigo, e que, constitucionalmente, deveria ser direito de todos e dever do Estado, vira mercadoria.

Na perspectiva do capitalismo, educação é um bem de mercado, por isso se vê crescer o número de escolas particulares, por exemplo. Nesse sentido, se a educação é passível de valor de mercado, com preço estipulado, quanto mais se paga, de melhor qualidade ela é considerada. Assim, a educação básica pública e gratuita tem servido, em sua grande maioria, à população que não tem capital para pagar por educação.

Para falar sobre Educação com maior compreensão histórica, é preciso compreender que a educação surge com o nascimento do homem, pois, para garantir maior sobrevivência, o homem modifica a natureza (trabalho) e ensina para outros seus modos de fazer, aprendendo e ensinando formas de trabalhar. Fica evidente, desta forma, que no nascimento da educação há uma relação intrínseca com o trabalho.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce pronto, mas tem que tornar-se homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (LOMBARDI, 2010, p. 232).

Dado esse entendimento da relação educação-trabalho-homem exposta, é importante ressaltar que se trata da educação enquanto todo tipo de ensino e aprendizagem realizada durante a vida humana. A escola, forma institucionalizada de educação, teve surgimento posterior, relacionado à propriedade privada.

A partir do momento em que pessoas começaram a se apropriar de espaços de terra, rompeu-se com a propriedade coletiva e, então, pessoas com propriedade privada criaram os não-proprietários de terra. Inventaram também a possibilidade de viver sem trabalhar, já que os donos de terra não precisavam mais trabalhar, tendo os não-proprietários trabalhando por eles. Surge dessa forma, além da divisão da sociedade em classes, certa quantidade de pessoas (os donos de terra) que não têm o dever de trabalhar, tendo quem faça por eles, criando uma classe social ociosa. É nesse contexto de ociosidade que a escola surge. A palavra escola significa, justamente, lugar do ócio (SAVIANI, 2005).

Com a criação da escola, se viu também uma divisão na educação: antes todos eram educados no processo de trabalho, com a divisão em classes as pessoas donas de terra passariam a não ser mais educadas no trabalho, enquanto as pessoas não possuidoras de terras continuariam no mesmo processo anterior, de educação no trabalho (SAVIANI, 2005).

Com o advento do capitalismo, a escola tende a se expandir e se tornar a principal forma de educação, porque as pessoas começam, em maior quantidade, a trabalhar para outras pessoas, deixando pessoas ociosas com muito mais frequência.

A escola, atualmente, é o meio formal de educação, e assim, é esperado que crianças e adolescentes frequentem esse ambiente e aprendam nele. O ambiente e a educação escolar são vistos por diferentes perspectivas e têm sido historicamente alvo de críticas.

Na concepção marxista, apesar das críticas feitas à escola, acredita-se na instituição escola e no objetivo escolar, que é o de disseminar para a humanidade os conhecimentos acumulados durante a vivência humana, ou seja, ensinar o que outros homens aprenderam e passaram para os próximos

## PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO

O marxismo busca uma nova forma de educação e, mais que isso, uma nova forma de organização da sociedade, uma concepção comunista, não capitalista de sociedade, uma forma de organização social que seja justa e igualitária, diferente da atual. Para o marxismo, esta nova forma social só pode surgir dentro do próprio capitalismo, nas falhas que lhe são inerentes. Em todo o sistema existem rachaduras, problemas e nesses problemas que não se consegue resolver é que uma forma diferente de sistematizar a sociedade pode crescer (SAVIANI, 2005).

Por esse entendimento, é que:

[...] a pedagogia histórico-crítica vem sendo construída como uma teoria pedagógica empenhada em elaborar as condições de organização e desenvolvimento da prática educativa escolar como um instrumento potencializador da luta de classe trabalhadora pela transformação estrutural da sociedade atual. Dizendo de outra maneira: o que a pedagogia histórico-crítica se propõe é articular a educação escolar com a luta de classe trabalhadora pela superação do capitalismo e implantação do socialismo (SAVIANI, 2013, p.44).

A busca por uma nova forma de pensar e ser em sociedade é explicada por muitos pontos em diferentes âmbitos. Na questão educacional, uma das justificativas de uma mudança na forma de organizar a sociedade é que, no capitalismo, com sua divisão de classes sociais e a visão mercadológica sendo colocada em todos os setores da vida humana, não se tem a universalização da escola com qualidade para todos, pois universalizar a escola e dar a mesma possibilidade de estudo para todas as pessoas da sociedade vai de encontro à liberdade econômica de competição. Além disso, o saber também é força produtiva, e pode ser utilizada pelo capitalista como valor de troca no mercado. Assim, há uma contradição em querer uma escola igualitária numa sociedade capitalista.

Dadas essas características capitalistas que colidem com as ideias marxistas, para se ter uma sociedade de acordo com o esperado pela concepção comunista, é preciso pensar em uma modificação não apenas em um setor da sociedade, mas nela como um todo.

Em relação à educação, a concepção marxista pode ser considerada uma contraposição à concepção burguesa e surge da negação à organização do sistema burguês de ensino. E como era de se esperar, dado o exposto, essa contraposição busca uma educação com formação básica comum.

A politecnicidade está no centro da educação marxista, pois leva à união entre escola e trabalho, entre teórico e prático, intelectual e manual, um dos pilares de uma educação comunista. A politecnicidade é a possibilidade de o homem ter uma formação omnilateral, ou seja, uma formação integral. Em Lombardi (2010) se lê que a educação omnilateral é a mais acertada aos propósitos comunistas, já que a conjugação entre ensino, ginástica e trabalho produtivo é o método para desenvolver pessoas em todas as dimensões da vida.

A politecnicidade proposta pelo marxismo é diferente do que se vê atualmente no ensino médio técnico/profissionalizante, em que há o treinamento para uma profissão específica. A ideia de um ensino politécnico se concentra em modalidades fundamentais, que dão base aos processos produtivos atuais, independentes da ocupação que a pessoa exercerá na sociedade.

Na educação comunista, no ensino fundamental, a relação indivíduo e trabalho deve existir, mas de forma implícita e indireta, já no ensino médio a relação deve ser explícita e direta. Assim, é no ensino médio que a politecnicidade toma corpo, para que o indivíduo tenha conhecimento teórico e prático do trabalho,

e assim, inclusive, a ideia de trabalho seja diferente do que temos na perspectiva capitalista de educação. O ensino médio politécnico pode garantir o domínio dos fundamentos do trabalho, a ligação teoria – prática que falta à educação unilateral atual, unindo ensino, ginástica e trabalho produtivo.

Com relação ao ensino superior, a educação marxista propõe que todos possam participar dessa forma de ensino, buscando o conhecimento mais aprofundado da sociedade, independente da atividade profissional que exerce ou exercerá. O ensino superior deve formar profissionais de nível universitário, mas também deve organizar a cultura superior, levar a toda a população a discussão dos problemas do homem contemporâneo.

A educação com essa estrutura quer possibilitar o acesso ao conhecimento a todos, e quer que a educação na escola, local formal de passagem de conhecimento, seja livre, igualitária, laica e gratuita, visando a desenvolver o homem integralmente. Entretanto, “a educação politécnica e de formação omnilateral somente será efetivamente conquistada quando o proletariado conquistar o poder político” (LOMBARDI, 2010, p. 276). Apesar da visão revolucionária, Lombardi (2010) também assinala que é possível, dentro das condições capitalistas, avançar nessa concepção de educação omnilateral, inclusive podendo aguçar as contradições do capitalismo e contribuir para a formação de pessoas mais conscientes. É por isso que a educação também é vista como um dos instrumentos para a consolidação da revolução proletária:

A educação escolar básica – ensino fundamental e médio – tem uma função estratégica central dentro da construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico e, condição para uma relação soberana e, portanto, não subalterna e colonizada com as demais nações (FRIGOTTO, 2005, p. 62).

A proposta de educação comunista se estrutura de forma mais forte no Brasil com a pedagogia histórico-crítica, no final dos anos 1970. Essa proposta pedagógica se estrutura em um momento de crise na educação não só brasileira, mas mundial. Foi um período após maio de 1968, momento em que a classe universitária francesa buscava mudança cultural e de estrutura social. Não obtiveram sucesso nessa mudança, entretanto, colocaram em cheque a estrutura de instituições como, por exemplo, a escola, gerando repercussões teóricas e práticas em nível mundial (SAVIANI, 2011).

A proposta dessa pedagogia brasileira é compreender a educação como ela se manifesta no presente e enquanto resultado histórico, e tem um compromisso com a transformação social. Como a pedagogia histórico-crítica é baseada no materialismo histórico-dialético, segue os mesmos preceitos da teoria marxista e busca na educação escolar e na pedagogia, possibilidades de transformação social em prol do desenvolvimento do homem integral.

O ponto mais importante da pedagogia histórico-crítica é a socialização, pela escola, das formas mais desenvolvidas de conhecimento produzido pela humanidade, pois a vida humana no comunismo deve ser uma vida plena de conteúdo, assim como as relações entre as pessoas. Busca-se a humanização das relações entre os indivíduos, transformando a riqueza material e espiritual universal em conteúdo da vida de cada um dos estudantes (DUARTE, 2009).

Essa pedagogia também pode ser chamada de pedagogia dialética, como expressa Saviani (2011), entretanto, o termo “dialética” não é mais empregado porque têm diferentes interpretações dependendo da abordagem teórica da pessoa que o lê. Para o marxismo, dialética quer dizer teoria do movimento da realidade, algo que busca captar o movimento objetivo do processo histórico. A concepção teórica dessa pedagogia é o materialismo histórico, ou seja, busca-se compreender a história a partir da determinação das condições materiais da existência humana (SAVIANI, 2011).

A pedagogia histórico-crítica continua fazendo o papel de outrora, de quando foi criada, sendo a crítica à situação educacional brasileira e uma contraposição às pedagogias vigentes. Esta pedagogia se coloca como crítica, principalmente, à duas tendências pedagógicas principais. Primeiro, às pedagogias que se centram na teoria, nos métodos de ensino e em conteúdo, e, também, às pedagogias que buscam maior foco nas práticas de aprendizagem, em “como ensinar”.

A primeira tendência tem a pedagogia tradicional em seu aparato e a segunda engloba as teorias do “aprender a aprender” (SAVIANI, 2005). Na concepção da pedagogia histórico-crítica, o foco exacerbado em teoria ou em prática não é interessante, já que existe a perda do oposto complementar. A teoria é importante, bem como a prática. Não há como um ser mais importante que o outro, que um tenha maior relevância que o outro, porque a relação entre teoria e prática é necessária para que o processo educativo se efetive com o melhor resultado possível.

As tendências pedagógicas atuais situam-se, em sua maioria, quase que exclusivamente para um dos lados: ou mais teoria, ou mais prática. Entretanto, existem pedagogias que aproximam teoria e prática e superam esta dicotomia, como a pedagogia histórico-crítica, que parte da prática, vai à teoria e termina na prática novamente, de forma dialética:

[...] um método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse) (SAVIANI, 2005, p.263).

Acredita-se que através desse movimento dialético se tem uma orientação tanto para o ensino quanto para a descoberta de novos conhecimentos (SAVIANI, 2005). O papel da escola é compreendido como dirigido ao máximo desenvolvimento humano (MARSIGLIA; MARTINS, 2013).

## **O PROFESSOR NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA**

Com alguns pontos fundamentais da pedagogia histórico-crítica já discutidos, coloca-se a questão do papel e das funções do professor nesta pedagogia, que ultrapassa a função do professor na pedagogia tradicional, em que explicar o conteúdo para os alunos é sua principal atividade.

O marxismo salienta a necessidade de entendimento histórico da realidade para cada um dos sujeitos da sala de aula. Nesse sentido, para a pedagogia histórico-crítica, o professor é elemento fundamental no processo educativo escolar, pois é ele que torna real, que materializa, de certa forma, a pedagogia dentro da sala de aula. É através desse profissional que a relação ensino-aprendizagem pode ser transformadora. A pedagogia histórico-crítica pretende o desenvolvimento social e histórico dos indivíduos, e este só pode se efetivar na colaboração com o outro, sendo o professor este outro, qualificado, para mediar a aprendizagem dos estudantes (MARSIGLIA; MARTINS, 2013).

Para esta pedagogia de base marxista, o professor deve se posicionar em um novo papel, fazendo com que seus alunos também tenham outra posição quanto à escola e o ensino. Esse novo papel professoral passa a ser prático-teórico-prático em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos, ou seja, parte-se da realidade social ampla, daí para a teoria e finaliza-se olhando a realidade novamente, mas aí já com novo ponto de vista em relação a ela.

Newton Duarte (2009) coloca que o professor deve ter como linha de condução a luta para intensificar nos alunos a necessidade de usufruir da produção material e espiritual universal. Para formar pessoas valorizando sua liberdade, é preciso formar alunos com consciência da necessidade de apropriação da riqueza espiritual universal e multifacetada, e não o adaptar à realidade local de onde ele vem e/ou faz parte.

É importante que o professor histórico-crítico compreenda a ideia de uma sociedade comunista, em que o trabalho deve ser atividade do homem, na qual ele se desenvolve e deixa sua marca na humanidade, e que isso pode acontecer com a junção entre atividade material e intelectual e com o fim da alienação do trabalho. Esse professor pode ter esse pensamento como guia de seu trabalho com os alunos, afinal, na sociedade atual, o trabalho é visto como meio de sobrevivência, e não como atividade de auto realização das pessoas (DUARTE, 2009).

Para que o professor consiga exercer seu papel de acordo com essa abordagem pedagógica, é importante que ele trabalhe os conteúdos de forma contextualizada, evidenciando aos alunos que os conteúdos estudados são produzidos historicamente por pessoas, a partir de suas relações sociais de trabalho. O professor precisa compreender que os conhecimentos e os conteúdos que são colocados na escola não são fragmentados, neutros e desconectados da história, e, em sala de aula, instigar o questionamento e a dúvida, para que os alunos possam ver o conhecimento como construção e que possam interrogar as incertezas e também as certezas (GASPARIN, 2007).

Essa visão contextualizada é possível ao professor que partir de uma realidade social ampla em suas aulas e não da realidade escolar ou da sua sala de aula apenas. Pois é o processo dialético o procedimento importante de ser realizado no contexto escolar, partindo da realidade ampla, indo ao teórico em sala de aula e retornando à realidade social no entendimento do que foi estudado, podendo entender a realidade de modo diferente a partir da teoria e, conseqüentemente, modificando sua ação em sua realidade social ampla e próxima (GASPARIN, 2007).

O processo dialético que o professor fará em sala de aula com seus alunos pode servir para ele mesmo. Para que ele consiga desenvolver essa visão com os alunos, ele mesmo precisa fazer o processo de tese, antítese e síntese com a realidade ampla, desta forma, ele poderá ter melhor compreensão do real poder de seu papel na pedagogia histórico-crítica. Para Duarte (2013), vive-se uma crise estrutural no capitalismo que deve ser aproveitada para uma nova era, de transição para o socialismo, e nesse processo a educação tem papel estratégico:

Se a crise estrutural propicia condições objetivas favoráveis a transição, para operar nessas condições não deixando escapar a oportunidade histórica de transformação estrutural, impõe-se preencher as condições subjetivas que implicam uma aguda consciência da situação, uma adequada fundamentação teórica que permita uma ação coerente e uma satisfatória instrumentalização técnica que possibilite uma ação eficaz. Ora, é exatamente esse o âmbito de incidência do trabalho educativo que, conseqüentemente, deverá estar ancorado numa sólida teoria pedagógica que elabore e sistematize os elementos garantidores dos três aspectos mencionados: aguda consciência da realidade, fundamentação teórica coerente e instrumentalização técnica eficaz (DUARTE, 2013, p. 44).

As reflexões apontadas garantem o papel do professor como elemento essencial no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, na educação de cunho marxista e na transformação do sistema político e econômico vivido. A proposta da pedagogia histórico-crítica necessita ser encarada como possibilidade de trabalho nas escolas, já que professores conscientes de seu papel de agente colaborador na transformação social são essenciais na transformação da sociedade e para formação de pessoas. No cenário brasileiro atual, em que ocorrem tentativas de despolitização de estudantes e professores, através

de projetos de lei vinculados ao Movimento Escola sem Partido, é necessário pensar no papel do professor, na pedagogia escolar e o que se quer com a educação popular.

A ONU aponta em carta encaminhada ao governo brasileiro que os dois projetos de lei relacionados ao Movimento Escola sem Partido provavelmente infringirão a capacidade dos professores de ensinar o currículo padrão e que o objetivo de ser professor é instruir os estudantes a aprender sobre o mundo de formas diferentes e que muitas podem ser discordantes das opiniões de seus pais ou de seus alunos. A organização aponta ainda que a amplitude desse projeto de lei pode frustrar esse objetivo escolar, causando censura ou autocensura significativa para os docentes (ONU, 2017).

Além da ONU se pronunciar sobre os projetos de lei em questão, o Ministério Público Federal (MPF) (BRASIL, 2016a), em nota técnica, também apontou censura mascarada de neutralidade no projeto. “[...] coloca o professor sob constante vigilância, principalmente para evitar que afronte as convicções morais dos pais [...] a iniciativa nasce eivada de inconstitucionalidade” (BRASIL, 2016a).

Na justificativa do projeto de lei apresentado no Senado pelo Senador Magno Malta (BRASIL, 2016b), o político aponta que professores e autores de materiais didáticos utilizam seu trabalho para fazer com que estudantes adotem determinadas posições políticas e ideológicas e adotem, também, conduta moral e de julgamento incompatíveis com o que lhes foi ensinado por seus pais. Contudo, de acordo com a nota técnica do MPF, os projetos de lei subvertem a atual ordem da Constituição com isto, pois confundem educação escolar com a educação fornecida pelos pais, misturando espaço público e privado, impedindo o pluralismo de ideias, negando a liberdade de cátedra do professor e a possibilidade ampla de aprendizagem do estudante (BRASIL, 2016a).

Partindo do referencial marxista, o que é discutido pelo movimento Escola sem Partido e pelos projetos de leis que advém dela, é a desvirtuação do papel do professor. O docente, para a pedagogia histórico-crítica, precisa ir além do papel tradicional de explicar o conteúdo, sendo o docente o elemento fundamental para o desenvolvimento social e histórico dos estudantes, mostrando ao aluno diferentes formas de ver o mundo, desenvolvendo neles criticidade e autonomia. O professor da pedagogia histórico-crítica vê o conhecimento como algo construído por homens historicamente e, deste modo, desprovido de neutralidade e, por isso, nota a importância de interrogar sempre, questionando tanto as incertezas quanto as certezas.

O oposto é trazido pelo movimento Escola sem Partido, em que a intenção é calar os docentes em relação a tudo que não é conteúdo, como Miguel Nagib, criador do movimento, aponta: “em sala de aula, o professor não pode ter liberdade de expressão. Ali, ele é obrigado a transmitir o conteúdo, só” (RESENDE, 2015). O movimento também ressalta que os pais teriam mais autoridade que os professores sobre o que seus filhos devem estudar retirando-se do professor a possibilidade de desenvolver criticidade, pluralidade e autonomia de pensamento em conjunto com seus estudantes.

Observa-se, assim, que o movimento Escola Sem Partido, tem fundamentado verdadeiras “leis da mordaza”, criando, segundo Miguel (2016, p. 614):

[...] projetos de criminalização da docência, entendida em seu sentido mais profundo – o estímulo ao pensamento crítico e à capacidade de reflexão autônoma. Impedem que a atividade profissional dos docentes seja exercida de modo pleno e também deixam professoras e professores à mercê dos pais. Uma vez que a caracterização do que é vetado e do que constitui “assédio ideológico” é extremamente vaga e subjetiva, qualquer educador, a qualquer momento, poderia ser alvo de um processo. Longe de ser visto como partícipe do amadurecimento intelectual – e, por que não? político – dos educandos, o professor é percebido sempre como uma ameaça a ser contida.



Penna (2017) também aponta características que podem auxiliar a definir o movimento Escola sem Partido, como a definição de escolarização do movimento, que consiste no professor aplicar e transmitir conhecimento, não discutir valores e não poder falar sobre a realidade do aluno; a desqualificação do professor, já que para o movimento os pais não precisam confiar nos professores dos filhos e, deste modo, há uma desprofissionalização do professor quando o Movimento questiona o professor enquanto profissional capacitado para atender pedagogicamente os direitos dos alunos. O autor aponta que a Escola sem Partido utiliza estratégias discursivas fascistas, quando utiliza, por exemplo, analogias que tratam os professores como monstros, pessoas que contaminam a escola brasileira ou mesmo quando o Movimento se refere aos professores como um exército de militantes fantasiados de professores. E, como último ponto característico do Movimento, Penna (2017) aponta a defesa do poder total dos pais sobre os filhos. O movimento aponta que os pais têm direito total sobre os filhos e, por isso, a escola, o professor não podem decidir quais valores irão passar aos filhos de outras pessoas. Entretanto, o autor aponta também a diferença entre espaço privado com a autoridade relativa dos pais sobre os filhos, e do espaço público da sociedade. No movimento há uma tentativa de intervenção no espaço público, na escola pública, impondo-lhe vontades privadas.

Dada a exposição de características das propostas do movimento Escola sem Partido é possível perceber o engodo existente no próprio nome do Movimento e nas suas propostas. Não há apartidarismo em suas intenções, existe partido, claro e evidente, existe um lado sendo vigorosamente defendido: o conservadorismo (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017).

No atual momento político vivido no Brasil, marcado pelo avanço de tais propostas educacionais conservadoras acredita-se que uma pedagogia que busca resistir, que tenta superar a dicotomia entre teoria e prática, que vê o saber como forma de conscientização e acredita que todos devem ter acesso ao conhecimento e luta pela formação do homem omnilateral é uma pedagogia que luta pela educação, pelo professor e pelos estudantes e, desse modo, deve ser defendida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo deste artigo de refletir sobre o papel do professor na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, visando demonstrar a relevância do papel docente em contraposição a visão do movimento Escola sem Partido, conclui-se que a visão da pedagogia histórico-crítica em relação ao papel do docente na escola é, de fato, oposta a visão do docente colocada por projetos de lei fundamentados na visão do movimento Escola sem Partido. Para a visão marxista, não é possível a formação integral do homem, de sua autonomia e sua formação crítica, se esse homem estiver em um sistema escolar em que o professor seja censurado em sua atividade profissional. Em que o professor não possa colocar diferentes pontos de vista sobre determinados assuntos e, deste modo, estimular a dúvida em seus alunos.

Conclui-se, também, que o professor, dentro do quadro de realidade ampla, tem papel importante em relação às transformações necessárias a uma sociedade justa. Ele não é o único responsável por essa mudança social. No campo da educação, existem outros profissionais que atuam nessa área e são relevantes para uma modificação estrutural, mas o professor, enquanto profissional em contato formativo com os alunos, precisa estar cada vez mais consciente de sua importância revolucionária. Que o professor consiga plantar uma semente de inconformismo (e, assim, de esperança futura) nos estudantes, para que estes estejam mais conscientes e empenhados na luta por uma sociedade justa e igualitária. Que o professor também consiga lutar e resistir em relação à integridade do processo de autonomia e de desenvolvimento do senso crítico de seus estudantes, contra a censura de movimentos que buscam lutar contra a “doutrinação marxista”, expressão herdada da ditadura militar, e que, nessa pretensa luta

contra algo falso, criam um processo doutrinário de fato.

## REFERÊNCIAS

BÁRBARA, I. S.; CUNHA, F. L. da; BICALHO, P. P. G. de. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / org: Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

BRASIL. **Nota técnica 01/2016 – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – Ministério Público Federal**. Opinião a respeito da proposta do Movimento Escola sem Partido (ESP) e análise e manifestação sobre a Proposição Legislativa 867/2015, que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido. 2016a. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf> Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei N. 193**, de 2016 (do Senado Federal). Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Programa Escola sem Partido. 2016b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666> Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Projeto De Lei N. 867**, de 2015 (da câmara dos deputados). Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido. 2015 Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf> acesso em: 11 jul. 2017.

DUARTE, N. **Fundamentos da pedagogia histórico-crítica**: a formação do ser humano na sociedade comunista como referência para a educação contemporânea. In: SEMINÁRIO PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: 30 ANOS, 2009. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Araraquara. Disponível em: [http://www.academia.edu/1807177/Educacao\\_e\\_Comunismo](http://www.academia.edu/1807177/Educacao_e_Comunismo). Acesso em: 10 jun. 2014.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. 2017. Disponível em: [www.escolasempartido.org/quem-somos](http://www.escolasempartido.org/quem-somos). Acesso em set. 2017.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. (Org). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 49 – 62.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 57-82.

GASPARIN, J.L **Uma didática para uma pedagogia histórico-crítica**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. 199 p. (Coleção Educação Contemporânea).

LOMBARDI, J. C. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Tese (Livre docência) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, SP, 2010.

MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M. Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação de professores. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 5, n. 2, p. 97-105, dez. 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/125067/ISSN2175-5604-2013-05-02-97-105.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 03 jul. 2017.

---

MARX, K. O Capital – Volume 1. In: **Os economistas**. Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer\\_marx/ocapital-1.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf) . Acesso em: 24 jun 2014.

MATTOS, A. et al. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 87 – 104.

MIGUEL, L.F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaga no parlamento brasileiro. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf> Acesso em 16 jul. 2017.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Carta encaminhada ao Brasil**. Disponível em: [www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/Legislation/OLBrazileducation.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Opinion/Legislation/OLBrazileducation.pdf) Acesso em: 03 jul. 2017.

PENNA, F. de A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35 – 48.

RESENDE, L. “‘Escola sem partido’ quer fim da ‘doutrinação de esquerda’”. **O Dia**, edição online, 6 set. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-09-06/escola-sem-partido-quer-fim-da-doutrinacao-de-esquerda.html>. Acesso em 16 jul. 2017.

SAVIANI, D. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios de uma sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 223-274.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. 137 p. (Coleção educação contemporânea).

